

# ARTIGOS

## Conservadorismo e radicalidade na poesia de Gregório de Matos \*

*Luiz Koshiba*  
UNESP-Araraquara

As unanimidades são raras em qualquer lugar. Entre nós há o exemplo de Carlos Drummond de Andrade. Mesmo assim, não em relação a toda sua obra. No passado houve algumas que se revelaram passageiras. Duraram algum tempo e, logo depois, uma nova geração de críticos veio para demolir mitos que pareciam indestrutíveis. Não esqueçamos dos poetas desprezados em seu tempo. Num certo dia eles são descobertos. E o que parecia fugaz e malogrado passa a ser, de um ângulo diferente, uma obra fulgurante. Há casos em que o acordo entre críticos parece definitivamente impossível. Nesta categoria parece que se encontra Gregório de Matos. Em nossas Letras, nenhum poeta dividiu tão radicalmente a crítica. As controvérsias são antigas e profundas. As avaliações, excludentes entre si.

Houve tempo em que ele foi considerado a “mais perfeita encarnação do espírito brasileiro” (1). É a opinião de Silvio Romero. Que

---

(\*) — O presente texto é adaptação de uma parte de nossa dissertação de Mestrado, feita sob a orientação do Prof. Fernando Novais e apresentada em 1981, na USP.

não é a mesma de José Veríssimo. Para este, Gregório de Matos “pelo seu gênio maléfico e satírico, pela irritação que deixara Portugal, pelo desapego da terra, onde encontrava deslocado e contrafeito, e à qual não cuidou de afeiçoar-se, achou-se naturalmente mal e contrariado nesta, e em oposição a ela. Mais de trinta anos em Portugal lhe tornaram insuportável a mesquinha vida da sua mesquinha Bahia” (2).

Como pode alguém ser a “encarnação do espírito brasileiro” se primava pelo “desapego da terra” “à qual não cuidou de afeiçoar-se”? Sílvio Romero e José Veríssimo não podem estar certos, ao mesmo tempo.

Hoje as coisas não são diferentes. Na opinião de Haroldo de Campos, Gregório “demonstrou uma aguda visão funcional da técnica permutatória do Barroco, da matriz aberta dessa técnica, recombinao livremente, segundo os interesses de recriação em português, versos-membros de diferentes sonetos gongorinos” (3). Compare-se este elogio à perícia gregoriana a este parecer de Paulo Rónai, para quem a poesia de Gregório de Matos pode ser dividida “em parte expressiva e parte decorativa, incluindo-se na segunda todos os poemas não inspirados por sentimentos pessoais, mas provocados por ‘motivos’. Tais os sonetos ‘por consoantes que se deram por forçados’, isto é, com rimas impostas; as décimas em que se glosam motes alheios, habilidade em que Gregório se mostrava particularmente forte; os poemas paralelos para defender teses opostas, mantendo-se nelas as mesmas rimas, as composições baseadas num conceito ou trocadilho; as poesias de construção artificial; as proezas repentistas; afinal, as obras de manifesta imitação. O restante não dá, evidentemente, material para um grande lírico, tanto menos quanto a parte ‘expressiva’ também está cheia de clichês, jogos verbais, artifícios convencionais” (4).

Com quem ficamos? Ou devemos nos conformar com a opinião de Eduardo Portella, para quem existe, não um, mas “vários Gregórios de Matos”? (5). O de Sílvio Romero, o de José Veríssimo, o de Haroldo de Campos, o de Paulo Rónai. E assim por diante.

---

(1) — Romero, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, 3ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1943, T. II, p. 31.

(2) — Veríssimo, José. *História da Literatura Brasileira*, 3ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1954, p. 77.

(3) — Campos, Haroldo de. *A Arte no Horizonte do Provável*, São Paulo, Perspectiva, 1969, p. 209.

(4) — Rónai, Paulo. “Um Enigma de nossa História Literária: Gregório de Matos”, in *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, dez. 1956, p. 65.

(5) — Portella, Eduardo. “Gregório de Matos — Maneirismo e Barroco”, in *Convergência*, ano 1, nº 2, Rio de Janeiro, 1977, p. 37.

Poderíamos objetar que se há tantos Gregórios de Matos, então não há nenhum. Além disso, se esta multiplicidade é apenas manifestação de uma obra caótica, desprovida de qualquer princípio unificador, então será forçoso reconhecer que o discutido poeta baiano é uma expressão menor da literatura seiscentista. Um poeta sem muita importância. Mas daí será necessário explicar a razão de tamanho barulho, se se trata de um poeta menor. Ainda mais quando esse barulho foi provocado por críticos de grande audiência. E não obscuros críticos de jornais provincianos.

Em nosso trabalho de mestrado opinamos que toda dificuldade vinha da contraditória articulação entre uma poesia *formalmente* revolucionária e uma *ideologia* obediente aos valores estamentais, em conformidade com o modelo metropolitano. Não nos ocuparemos aqui com o primeiro aspecto que foi objeto de demorada reflexão na última parte de nossa dissertação de mestrado. Quanto ao aspecto ideológico, é de se recear que a grande maioria da crítica partiu de um pressuposto absolutamente discutível, a saber, a “brasilidade” de Gregório de Matos. E é isso que o fará precursor do “nativismo”, um poeta sinceramente devotado ao Brasil. A ninguém parece ter ocorrido que o sistema de valores sobre o qual repousa sua poesia é o vigente em Portugal de seu tempo. Em todo caso, é isto que se procura levar a sério neste trabalho. Do nosso ponto de vista, foi e continua um erro fazer de Gregório de Matos um militante anti-colonialista ou pelo menos anti-lusitano. Em nossa opinião, não é nada disso que trata sua obra. É certo que, às vezes, o poeta parece tomar a defesa do Brasil, mas essa aparente afeição é superficial e jamais fez disso o centro de sua poética.

Com certeza, nenhum poeta do período — mesmo depois — ofereceu uma visão tão crítica da sociedade colonial quanto Gregório de Matos. E também esse fato iludiu muitos críticos que pretenderam transformá-lo num revolucionário. O radicalismo, sem dúvida, existe, mas ao contrário do que se imagina, possui fundas raízes *conservadoras*.

O leitor de Gregório de Matos geralmente se desconcerta com a abrangência de suas sátiras. Ele não poupou ninguém. O que pode levar à conclusão de que se tratava do mais perfeito precursor do... anarquismo. Ledo engano. Nem todos os alvos que o poeta atingiu têm o mesmo peso. Indiscutivelmente, a poesia gregoriana é passível de muitas leituras, como já é costume falar. A nossa, procura sustentar que há pelo menos dois alvos privilegiados. A posição ideológica de Gregório clarifica-se e ganha coerência pelos argumentos que mobiliza contra esses dois alvos. São eles, o *senhoriato* colonial e os *mulatos*. Na sátira dirigida contra o primeiro, pode-se ter a impressão de que o seu discurso está carregado de intenções anti-aristocráticas. Uma leitura mais

atenta mostrará no entanto que o poeta distingue muito bem duas aristocracias:

Fidalgo esclarecido  
traz longe a descendência  
mas fidalgo de influência  
sem ter solar conhecido,  
é Fidalgo introduzido  
enfronhado em fidalguia. (IV, 907) (6).

Portanto, há para o poeta uma fidalguia “autêntica” e outra “inautêntica”, isto é, que se limita a apropriar-se dos signos exteriores daquela, sem trazê-la “por dentro”, no próprio sangue:

Do que passeia farfante  
mui prezado de amante,  
por fora luvas, galões,  
insígnias, armas, bastões,  
por dentro pão bolorento:  
Anjo Bento. (II, 443).

A crítica de Gregório dirige-se nitidamente aos plebeus travestidos de fidalguia. Quanto a ele próprio julga-se um “autêntico” fidalgo, como se lê nesta resposta ao Pe. Lourenço Ribeiro (7), seu inimigo:

Não sabeis Reverendo Mariola  
Remendado de frade em salvajola  
Que cada gota, que meu sangue pesa,  
Vos poderá a quintais vender nobreza? (IV, 804).

A auto-inclusão do poeta entre os “fidalgos esclarecidos” justifica-se pelos “quintais de nobreza” que poderá vender cada gota de seu sangue.

Estes poucos exemplos — que poderíamos multiplicar — são suficientes para atribuir ao poeta um ponto de vista aristocrático. Da aristocracia “verdadeira”, é claro.

Porém, logo se coloca o problema de saber, de que “aristocracia verdadeira” se trata. Quem a representa, segundo o poeta? Mais adian-

---

(6) — As citações dos poemas serão feitas sempre, salvo indicação em contrário, a partir da edição James Amado. Em romano, a indicação do volume, em árabe, a página correspondente.

(7) — “Lourenço Ribeiro, clérigo e pregador, natural da Bahia, e, segundo se rosnava, mulato, dava-se muito a compor trovas, que cantava nas sociedades ao som da cítara: este homem teve a indiscrição de mofar e desdenhar publicamente dos versos de Gregório de Matos. Chegou isto aos ouvidos do poeta, que, ofendido da fatuidade do cabrito, resolveu logo tirar a desforra” (Wisnik).

te veremos que o poeta refere-se à *nobreza metropolitana*. Por conseguinte, a poesia gregoriana está ideologicamente filiada a esta última, cujos valores adota e expressa em seus poemas. Ao mesmo tempo, são esses mesmos valores que permitem a análise crítica da realidade colonial.

Obviamente, a poesia gregoriana não se resolve apenas com satirizar as falsificações da fidalguia colonial, para afirmar a autenticidade da fidalguia metropolitana. Sua crítica vai mais fundo. Ela põe em questão o desvirtuamento da ordem estamental na colônia.

Expliquemos melhor esse ponto. Todos sabem que o sistema de privilégios fundados no nascimento e juridicamente sancionados é um pressuposto da sociedade de ordens na Europa Moderna. É o que, de resto, garante-lhe a fixidez. Contudo, o abalo dessa fixidez já inquietava a aristocracia portuguesa no início dos Tempos Modernos, como atesta o poema de Álvaro de Brito, compilado por Garcia de Rezende no *Cancioneiro Geral* (1516):

Por trajos demasiados  
em que todos sam iguais  
sam confusos  
os três estados, danados,  
alterados mesteirais  
em seus usos.  
Nom devemos ser comuns  
senam pera Deus amarmos  
e servirmos,  
nam sejamos todos uns  
em ricamente calçarmos  
e vestirmos.

Nos outros tempos passados  
todos queriam viver  
honestamente,  
ordenados, compassados  
cada um em seu valer  
era contente.  
Nam havia presunçam,  
nem tomar de melhoria  
endevida  
concordada discricçam  
a mais da gente regia  
por medida.

Por trás dessa inquietação e da preocupação em restaurar a pureza da ordem estamental, encontra-se a ação do capital mercantil e a

silenciosa presença da burguesia. Gregório de Matos produz sua poesia a partir do mesmo ângulo ideológico adotado por Alvaro de Brito. O que distingue o nosso poeta último, é a sua *mediação colonial*. Uma vez compreendido esse fato, os poemas gregorianos podem se transformar numa fonte preciosa para o esclarecimento da natureza da formação social da colônia. Acompanhemos Gregório de Matos para conhecer qual a sua visão da sociedade colonial:

Sai um pobrete de Cristo  
de Portugal, ou do Algarves  
cheio de drogas alheias  
para daí tirar gages:

Vendendo gato por lebre,  
antes que quatro anos passem,  
já tem tantos mil cruzados,  
segundo afirmam Pasguates.

Casa-se o meu matachim  
põe duas negras, e um Pajem  
uma rede com dous Minas,  
chapéu-de-sol e casas-grandes.

Entra logo nos pelouros,  
e sai do primeiro lance  
Vereador da Bahia,  
que é notável dignidade.

Já temos o Canastreiro  
que inda fede a seus beirames,  
metamorfósis da terra  
transformado em homem grande.

(II, 430-31)

Nestes versos, como em muitos outros, Gregório parece estar convencido da origem mercantil do senhoriato colonial. E, de fato, na Bahia do século XVII, boa parte dos senhores de engenho eram ou tinham sido mercadores (8).

Se quisermos agora identificar as motivações dessa crítica, notaremos que Gregório de Matos, tem em vista denunciar o abastardamento da sociedade que permite o acesso à camada senhorial pela porta do *mercado*.

---

(8) — "... da iniciativa de burgueses do tráfico terão surgido os primeiros engenhos da Bahia". França, Eduardo d'Oliveira. "Engenhos, Colonização e Cristãos — Novos na Bahia Colonial", separata dos *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, São Paulo, 1969, p. 107.

Essa origem mercantil do estamento senhorial da colônia que, aos olhos do poeta, é a fonte de toda ilegitimidade, não é em absoluto um caso isolado. É parte constitutiva da formação colonial. Do mesmo modo que a força de trabalho escrava, o estamento senhorial era reposto ou ampliado através do mercado.

A poesia gregoriana sugere portanto um curioso relacionamento entre economia mercantil e estamentização da sociedade. O que em linhas gerais não é estranho aos histotriadores. Como disse Florestan Fernandes, a “simbiose entre grande plantação, trabalho escravo e exploração colonial” explica a “revitalização do regime estamental” nas colônias (9). Ou então, nas palavras de Gorender: o escravismo colonial “nasce e se desenvolve com o mercado como sua atmosfera vital” (10). Contudo, Gregório de Matos permite ir além dessas constatações familiares. Vejamos a formulação que permitem os seus poemas.

Segundo Fernando Novais, a colonização como *desdobramento* da expansão ultramarina européia, consistiu no trânsito da *circulação* para a *produção* de mercadorias. Portanto, a colonização supera o caráter mercantil da expansão e, ao mesmo, a preserva. O papel estratégico que aí desempenha o capital mercantil pode ser medido pela importância crucial do tráfico negreiro que, em sua opinião, explica a escravidão africana (11). Não obstante a forma *mercantil* de aquisição do escravo, na órbita da produção, será inevitável a transformação da camada dominante num estrato marcadamente, mas não exclusivamente, *senhorial*. Expliquemos melhor, com apoio em Gorender que afirma: “quanto mais acentuado o caráter mercantil de uma economia escravista, o que se deu sobretudo com as colônias americanas, tanto mais forte a tendência a extremar a coisificação do escravo” (12). Esta observação nos faculta imaginar que, no limite, a economia mercantil conduziria à coisificação *absoluta* do escravo. Hipótese cômoda para mostrar que, nesse caso, não haveria *senhor*, posto que não se pode ser senhor de *coisas*. Considerado mero *instrumento de produção inerte*, ao proprietário do escravo seria mais adequado chamar de *empresário*. Assim, a peculiar combinação da economia mercantil e estamentização, imprimirá na camada dominante a duplicidade senhorial e empresarial.

Por mais legítima que fosse a hipótese acima, a economia mercantil jamais converteria o escravo numa coisa, de forma absoluta. Apesar

---

(9) — Fernandes, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1968, p. 22.

(10) — Gorender, Jacob. *O escravismo colonial*, São Paulo, Ática, 1978, p. 168.

(11) — Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, São Paulo, Hucitec, 1979, p. 92 e ss.

(12) — Gorender, J. *op. cit.*, p. 68.

de tudo, o escravo continuará um exemplar da espécie humana. Por esse motivo, a condição senhorial tenderá a predominar na esfera da produção. Contudo, o mercado como “atmosfera vital” vale também para o senhoriato colonial. Ele tem em vista a produção de valores-de-troca, de mercadorias e no mercado comparecerá normalmente como consumidor. Senhor na órbita da produção e empresário na esfera da circulação, tal é a duplicidade da camada dominante acima aludida.

Podemos agora retomar Gregório de Matos para formular com precisão, com base em seus poemas, a natureza da formação social da colônia. Sua peculiaridade consiste no fato de ser atravessada por um eixo contraditório que explica o seu caráter ao mesmo tempo estamentizado e fluido: o senhoriato, em última instância, é produto do capital mercantil. Por isso, o “fidalgo introduzido” de que fala o poeta é, no final das contas, toda a fidalguia da colônia. Aquilo que para ele não passa de violação de uma ordem social tida como “natural” é, na verdade, o que especifica a formação social da colônia.

Conclui-se que a persistência feudal na metrópole e o escravismo colonial articulam-se de modo simetricamente inverso com o capital mercantil. A primeira tende a dissolver-se ao seu contato, ao passo que o escravismo colonial retira sua força precisamente da economia mercantil. O caráter estamentizado é abalado no primeiro caso e se reforça no segundo.

O fenômeno que a poesia gregoriana permite vislumbrar é o da posição invertida que o capital mercantil ocupa nos dois polos do sistema colonial: na metrópole ele se subordina à hierarquia estamental; na colônia ele a subordina. Conseqüentemente, a da metrópole bloqueia sua liberdade de ação e a da colônia é condição de sua atuação.

A relação de subordinação do senhoriato colonial ao capital mercantil é bem explícita na sátira a Pedro Álvares da Neiva, o Pedralves:

Que se despache um caixeiro  
criado na mercancia  
com foro de fidalguia  
sem nobreza de Escudeiro!  
e que a poder de dinheiro  
e papéis falsificados  
tanto mecânico vil  
que na ordem mercantil  
são criados dos criados! (IV, 907)

Nestes versos está dito com toda precisão: a condição senhorial no colônia é a de “criados dos criados” da “ordem mercantil”. O senhoriato colonial traz a marca da servidão ao capital mercantil.



Encarada da perspectiva de análise aqui adotada, a poesia gregoriana assume o caráter da mais intransigente defesa do antigo regime social português. Tal afirmação implica, por outro lado, que essa defesa só ganha sentido como reação contra uma nova ordem social que está em curso e que subverte a antiga. Portanto, o objetivo último de sua crítica é a “ordem mercantil”, isto é, a sociedade burguesa que carrega em seu ventre. Em suma, um novo princípio de estratificação social. É justamente nesse forte sentimento antiburguês que reside o essencial do seu radicalismo. A crítica gregoriana está longe de ser a expressão da natural rebeldia que Fritz Teixeira de Salles enxergou na intelectualidade de “classe média” (13). O aristocratismo anti-burguês de Gregório de Matos está mais próximo, se é que não o prenuncia, do “pensamento conservador” de que fala Mannheim (14).

Enganaram-se igualmente os críticos que não enxergaram em Gregório de Matos mais do que a denúncia da exploração colonial e, em consequência, o despontar do sentimento nacional. A colônia foi o lugar em que melhor se explicitaram as consequências de uma economia que operava sob o signo da troca mercantil, sem inibições que a ela eram impostas no contexto social metropolitano. De certo modo, a colônia expõe, com maior visibilidade do que a metrópole, os traços mais característicos da sociedade burguesa em gestação.

Em Gregório de Matos, a denúncia da exploração colonial não é, automaticamente, expressão da defesa da colônia contra a metrópole. Através dela, o poeta tem na mira a própria burguesia. Não há nisso um átomo de “sentimento nacional”. O poeta joga tudo na defesa — aí sim — dos privilégios aristocráticos. Não é mero acaso que Gregório pudesse ter dito, certa vez, estes versos:

Se hoje vos fala de perna  
quem ontem não pode ter  
rama, de quem descender  
mais do que a da taverna:  
tende paciência interna,

---

(13) — Salles, Fritz Teixeira de. *Poesia e protesto em Gregório de Matos*, Belo Horizonte, Interlivros, 1975: “Gregório de Matos seria uma espécie de precursor das ideologias radicais dos grupos intermediários, aquele comportamento estribado na atitude de revolução permanente. A classe média, em países subdesenvolvidos, principalmente nos grupos intelectuais, tende, como se sabe, para posições de radicalidade, tanto de direita como de esquerda” (p. 147).

(14) — Mannheim, Karl. “El Pensamiento Conservador”, in *Ensayos sobre Sociología y Psicología Social*, trad. esp., México-Buenos Aires, FCE, 1963, pp. 84-183.

que foi sempre D. Dinheiro,  
que com poderes iguais  
faz iguais aos desiguais  
e Conde ao vilão cad'hora. (II, 473).

Que crítica mais radical se poderia fazer à burguesia? É certo que o poeta aceita como “natural” e legítima, a desigualdade; em compensação, sobre esse pressuposto aristocrático, ele pôde denunciar com máximo rigor, a exigência da igualdade (formal) como imperativo da troca mercantil, idéia que será no futuro de grande valia para a burguesia revolucionária.

\* \* \*

Todo poder senhorial repousa sobre o trabalho escravo. Se Gregório contesta a legitimidade do primeiro, nem por isso faz o mesmo com o último. Não se discute a legitimidade da escravidão. Em alguns momentos ele pode até iludir, como nestes versos:

Contados são, os que dão  
a seus escravos ensino,  
e muitos nem de comer,  
sem lhes perdoar serviço. (I, 20).

ou nestes poemas em que fala pela cidade da Bahia:

Pois no que toca a guardar  
dias Santos, e domingos:  
ninguém vejo em mim, que os guarde,  
se tem, em que ganhar jimbo.  
Nem aos míseros escravos  
dão tais dias de vazio,  
porque na lei do interesse  
é preceito proibido. (I, 17).

Um pouco mais de atenção e verifica-se que o que está em questão é a impiedade senhorial governada pela “lei do interesse”... mercantil. É um recurso a mais para atingir os mercadores-fidalgos da colônia. Nada mais do que isso. Sua poesia está longe, muito longe, de prenunciar o abolicionismo. Outra coisa é a sua posição face aos mulatos. A mesma virulência satírica contra o senhoriato colonial está presente nos poemas contra eles. Também nesse caso trata-se de reação contra a violação da norma estamental. Reencontramos assim a mesma defesa apaixonada da ordem estamental, a mesma fúria contra o seu abastardamento.

Se a fidalguia local é falsificada, no polo oposto o mulato falsifica o negro escravizado. Num e noutro caso, a ilegítima ascensão, a quebra da fixidez social. Contudo, apesar da sátira a ambos ligar-se à mesma motivação básica, os seus efeitos são ideologicamente opostos. Na crítica ao senhoriato colonial, o poeta atinge a burguesia e, como vimos, chega a ter um inequívoco sabor “progressista”. Em relação aos mulatos trata-se de reduzi-los à negridão, rebaixá-los à escravidão. Todo seu reacionarismo aristocrático vem à tona. E é onde a crítica “nativista” necessariamente tropeça e silencia. Pois não parecerá enigmático a um precursor da nossa nacionalidade ataques tão ofensivos aos mulatos? Como produto da miscigenação do branco (europeu) com o negro (africano) o mulato é genuinamente “nacional”, “brasileiro” e “tropical”. No entanto, é o hibridismo que Gregório contesta, já que a “miscigenação” fidalgo/mercador, branco/negro, borra as fronteiras das divisões estamentais.

A condição senhorial é normalmente acessível através do *mercado*. A *miscigenação* branqueada reproduz o escravo como homem livre. Ambos os meios permitem ao plebeu travestir-se de fidalgo ou ao escravo, de homem livre. Num caso, como noutro, trata-se de burlar as regras de classificação estamental ocultando cuidadosamente a essência pela aparência. Não estranha que o poeta veja no mercado e na miscigenação os agenciadores da perversão geral:

Provo a conjectura já  
logo ninguém dirá  
prontamente como um brinco:  
Bahia tem letras cinco  
que são BAHIA:  
quo dous ff chega a ter,  
pois nenhum contém sequer,  
salvo se em boa verdade  
são os ff da cidade  
um furtar, outro foder. (I, 10).

O mercado (furtar) e a miscigenação (foder): os responsáveis pelas metamorfoses.

O mulato obscurece a linha da estratificação que separa o escravo negro do branco livre. Mas não é esta remota realidade que inspira seus poemas contra ele. Leiamos este trecho:

Muitos Mulatos desavergonhados,  
Trazidos pelos pés os homens nobres  
Posta nas palmas toda picardia. (I, 3).

É curioso: “os homens nobres” apresentam-se como vítimas dos mulatos tidos como ardilosos. O poeta os percebe numa zona cinzenta, sem regras, onde o domínio estamental cessa de existir e sobre a qual, sem recursos, emudece. A rigidez escravista não permite uma posição intermediária entre o escravo e o homem livre. Gregório de Matos tende a identificar o mulato ao negro e este é sempre escravo. Esse é o ponto de vista do branco. Mas não é o do mulato, naturalmente. Sendo forro ele se inclinará pela identidade com a população livre e branca, cuja ideologia assume. Para se afirmar como tal, perante o branco, procura equiparar-se a ele, embora a aceitação desta pretensão pelo branco implique, para este último, num rebaixamento. O branco não poderá manter-se na escala social a não ser marcando a sua superioridade perante o mulato. Este deve submeter-se. A afirmação do mulato como homem livre só terá um caminho, portanto. Recusar orgulhosamente a mínima submissão, negando-se a servi-lo no que quer que seja. O mulato exercerá a sua “liberdade” através da insubmissão ao branco. Do ponto de vista deste último, tal comportamento será entendido como pura arrogância. Face ao escravo negro, ele se revelará, ao contrário, impiedoso. Para afirmar sua branquidão. Um condenado à morte indultado, a quem, a partir de então deixa de ser aplicável a lei dos homens — eis como são vistos os mulatos e porque a colônia foi definida como o “paraíso dos mulatos”, pelos brancos, é claro. Basta ler o poema que Gregório dirigiu contra o Pe. Lourenço Ribeiro, vigário de Passé, para certificar-se da impossibilidade de viver num “paraíso” exposto perpetuamente à hostilidade dos brancos:

Um Branco muito encolhido,  
um Mulato muito ousado,  
um Branco todo coitado,  
um canaz todo atrevido:  
o saber muito abatido,  
a ignorância, e ignorante  
mui ufano, e mui farfante  
sem pena, ou contradição:  
milagres do Brasil são (15).

---

(15) — “Gregório, de fato teve como modelo Gôngora nas ‘Soledades’ e Quevedo em ‘El Parnaso Español’, sobretudo este último, que foi o filão mais explorado. Herdou de Quevedo, (além de muitas sugestões, versos e temas) certas expressões — tais como o refrão — ‘Milagres do Brasil são’ que aparece nas *letrillas* do poeta espanhol (‘milagros de corte son’); ou ‘Ponto em boca’ por caluda! cala-te boca que o mesmo ‘Punto en boca’ de Quevedo, ‘Deus me Guarde’ que está no autor espanhol, ‘Dios me guarde’, e outras fórmulas mais, como também o emprego de muitos vocábulos com acepção estranha à nossa e peculiar à língua castelhana” (Spina).

Prega o Perro frandulário  
e como a licença o cega,  
cuida, que em púlpito prega,  
e ladra num campanário  
Tios, e tias do Congo,  
e se suando a mondongo  
ele só gabos lhe dão:  
Milagres do Brasil são. (IV, 790-91).

Não há razão alguma para se pensar que este era o ponto de vista muito particular do poeta e não uma opinião generalizada.

O que a poesia de Gregório ganha ideologicamente de um lado, perde de outro. Toda agudez crítica contra a burguesia, transforma-se agora na identificação estreita do homem branco com a espécie humana. Ao mulato que, sob o domínio dessa ilusão, procura apropriar-se dos signos exteriores da condição humana ostentada pelos brancos, o poeta responde nestes termos:

Carira, que acariais  
aquele Senhor José  
ontem tanga de guiné,  
hoje Senhor de Cascais:  
vós, e outras cantigas mais,  
outros cães, e outras cadelas  
amais tanto as parentelas,  
que imagina o vosso amor,  
que em chamando ao cão Senhor  
lhe dourais suas mazelas.

Dizei ao Vosso Senhor  
entre um, e outro carinho,  
que o negro do seu focinho  
é cor, que não toma cor:  
e que dê graças a Amor  
que vos pos os olhos tortos  
para não ter tais abortos,  
mas que há de esbrugar mantenha  
daqui até que Deus venha  
julgar os vivos, e mortos. (VI, 1320-23).

Este poema está intitulado na edição James Amado, “A negra Margarida, que acariava hum mulato chamando-lhe senhor com demasiada permissão delle”. Dada aquela identidade entre branquidão e humanidade, o poeta negando ao mulato o tratamento equivalente ao do homem livre e branco, recusava ao mulato o reconhecimento de sua humanidade.

Não é bem isso que se espera de um poeta que muita gente considera ainda hoje a “mais perfeita encarnação do espírito brasileiro”. Mas é uma conseqüência perfeitamente coerente com os postulados aristocráticos de sua visão ideológica. Sem o baixo nível a que chegou aqui, não haveria, em compensação, aquela denúncia da exploração colonial, cuja radicalidade e precisão jamais foi atingida por outro poeta do período colonial, possivelmente em toda América.

\* \* \*

Vamos esquecer portanto o “amor ao país” que supostamente se lê na poesia de Gregório de Matos. Como defensor dos valores aristocráticos, o poeta golpeia o mundo burguês. Vejamos mais de perto o que isso significa:

Que falta nesta cidade? ... Verdade.  
Que mais por sua desonra? ... Honra.  
Falta mais que se lhe ponha? ... Vergonha.

O demo a viver se exponha,  
Por mais que a fama a exalta,  
Numa cidade, onde falta  
Verdade, Honra, Vergonha. (I, 31).

Observemos estas palavras: verdade/honra/vergonha. Elas não estão aí por acaso. Referem-se a uma escala de valores muito precisa e estreitamente ligada a uma camada social. Pensemos na definição de sociedade estamental dada por Mousnier. Segundo ele, é “uma hierarquia de graus (‘estamentos’, ‘condições’) distintos uns dos outros e ordenados não segundo a fortuna de seus membros e a capacidade de consumo dos mesmos, nem segundo o papel no sistema de bens materiais, mas *de acordo com a consideração, a honra e a dignidade* atribuídas pela sociedade a posições sociais que podem não ter relação alguma com a produção de bens materiais” (16).

Embora se atenha aos dados imediatos da realidade, a definição acima tem o mérito de chamar a atenção para o fato de, na sociedade estamental, a realidade de *primeira instância*, não serem as relações econômicas, porém a sua ordem jurídica. Como precisou Lukács a esse respeito, “nas sociedades pré-capitalistas, as formas jurídicas devem necessariamente intervir de modo constitutivo nas conexões econômicas. Não

---

(16) — Mousnier, Roland. *Las Jerarquías Sociales*, trad. esp., Buenos Aires, Amarrortu, 1972, p. 19. O grifo é meu.

há categorias puramente econômicas...” (17). Em outras palavras, a esfera econômica não possui aquela autonomia, própria das sociedades burguesas, em que as classes se orientam segundo seus interesses materiais e não segundo considerações éticas. Do ângulo próprio dos valores estamentais, estas podem assumir caráter imperioso que obrigue a renúncias no plano da vida material. Ora, na colônia, diversamente da expectativa do poeta, os interesses econômicos subordinam inteiramente os valores éticos. Ou simplesmente suprimem seus conteúdos de espontaneidade sincera, na medida em que o sistema de valores estamentais supõe escalas complementares que regem a nobreza e o Terceiro Estado. Para este, a resignação face ao estado a que pertence é o signo da sua máxima sinceridade e honradez. Não querer ocupar o lugar que não lhe pertence é um lance da virtude mais prezada. Pretender melhorar a própria sorte por meio da conquista de benefícios materiais supõe o abandono das virtudes mais caras que a sociedade de ordens sustenta. Diz a respeito da Bahia o nosso poeta:

Quem a pôs neste socrócio? ... Negócio.  
Quem causa tal perdição? ... Ambição.  
E o maior desta loucura? ... Usura.

Notável desventura  
de um povo néscio e sandeu,  
que não sabe, que o perdeu  
Negócio, Ambição, Usura. (I,31).

Assim, no mesmo poema Gregório de Matos põe em paralelo dois conjuntos distintos de valores: verdade/honra/vergonha e negócio/ambição/usura — o da nobreza e o da burguesia. A opção do poeta é pelo primeiro conjunto que, contraposto ao segundo, aguça-lhe a visão crítica da sociedade colonial que estamos examinando. Se no lugar da “consideração, honra e dignidade” pusermos o primado do interesse econômico imediato, mercantil, teremos exatamente “negócio, ambição, usura”.

A conformidade com o estado será substituída pela rivalidade e competição:

É o amor um mortal ódio,  
sendo todo o incentivo  
a cobiça do dinheiro  
ou a inveja dos officios. (I, 22).

---

(17) — Georg Lukács, *Histoire et Conscience de Classe*, trad. fr., Paris, Minit, 1960, pp. 80-1.

A “cobiça do dinheiro” vai transformando o “amor” no seu contrário. O predomínio dos interesses mercantís, em uma palavra, a economia de mercado, destaca os indivíduos de sua existência corporativa e instaura o império das paixões egoísticas. “Todo incentivo” vai para a infinidade de iniciativas individuais, rompendo os laços tradicionais da solidariedade. Os novos valores que resultam dessa praxis, são ponto por ponto, o inverso daqueles emanados da ordem estamental metropolitana. Na colônia, mais do que em qualquer outro lugar, essa nova realidade se manifesta em sua plenitude. Por esse motivo, a colônia é vista pelo poeta como reflexo *invertido* (18) da metrópole:

Entra um destes pela Igreja,  
sabe Deus com que sentido,  
e faz um sinal da cruz  
*contrário* a do catecismo. (I, 17).

diz pitorescamente Gregório. Num outro poema — “Reprovações” (19) — a colônia transforma-se em pura negatividade perante a qual não há lugar para nenhuma das virtudes aristocráticas:

Se sois homem valoroso,  
Dizem que sois temerário,  
Se valente, espadachim,  
E atrevido, se esforçado.

Se resoluto — arrogante  
Se pacífico, sois fraco.  
Se precatado — medroso,  
E se o não sois, — confiado.

Se usais justiça, um Herodes,  
Se favorável, sois brando,  
Se condenais, sois injusto,  
Se absolveis, estais peitado.

...  
E assim não pode viver  
Neste Brasil infestado,  
Segundo o que vos refiro  
Quem não seja reprovado.

Este sentimento de tudo estar “fora de lugar” liga-se portanto ao predomínio do capital mercantil; à primazia do *interesse* sobre a *honra*.

(18) — Wisnik afirma que “na sátira de Gregório a sociedade ‘normal’, a do homem douto e bem nascido, é revirado pela *absurda*, a dos *pasquates* instalados no poder, gozando prestígio”, “Introdução” aos *Poemas Escolhidos de Gregório de Matos*; São Paulo, Cultrix, 1976, p. 17.

(19) — Citado a partir de Wisnik, *op. cit.*, 96-99.



Da honra concebida pela nobreza. Esta contraposição mostra que, se a colônia criticada pelo poeta exprime a vitória burguesa, nem por isso a nobreza deixava de ter um projeto próprio, ainda que assistemático e inexecutável. Em grandes linhas, observa-se por baixo da poesia gregoriana a idéia de um império medieval que não vingou e no qual o Brasil surge como prolongamento de Portugal. A duplicação da formação social portuguesa no Brasil ampliaria o espaço do estamento aristocrático dominante. O aprisionamento da colônia pela burguesia e sua conversão em objeto de sua exploração, com vistas à aceleração da primitiva acumulação de capital, divergiu profundamente daquele projeto aristocrático. Em contrapartida, a clara perspectiva de “classe” assumida por Gregório, possibilitou perceber a exploração colonial como exploração *burguesa*. Daí a sua superioridade crítica em relação aos “nativistas” que que se limitaram à dualidade colônia *versus* metrópole, portugueses *versus* brasileiros. Para se ter idéia do nível de penetração que o ponto de vista de Gregório propiciou, basta acompanhá-lo em suas críticas à exploração colonial:

O Mercador avarento,  
quando a sua compra estende  
no que compra, e no que vende,  
tira duzentos por cento:  
Não é ele tão jumento,  
que não saiba, que em Lisboa  
se lhe há de dar na gamboa:  
mas comido já o dinheiro  
diz, que a honra está primeiro  
e que honrado a toda Lei:  
esta é a justiça que manda El-Rei. (I, 7).

Podemos começar perguntando, como é possível tirar “duzentos por cento” de lucro? E logo observaremos que o “mercador avarento” toma o cuidado de “comido já o dinheiro” dizer “que a honra está primeiro”, isto é, coloca-se sob a proteção da “justiça que manda El-Rei”. O cerne da política mercantilista, essa simbiose de Estado absoluto e economia mercantil, está aí traduzida em miúdo, no varejo. A diferença de preço entre a praça de Lisboa e da Baía, que monta “duzentos por cento” é garantida pelo “exclusivo metropolitano”, avaliado pelo Estado. Mas não é só na diferença de preço que ganha o mercador:

*Deste em dar* tanto açúcar excelente  
Pelas drogas inúteis, que abelhuda  
*Simple*s aceites do sagaz *Brichote*. (20).

---

(20) — *Deste em dar* — dar em + infinitivo = começar, principiar (Spina); *simple*s — ingredientes que entram na composição das drogas (Amora); *brichote* — designação pejorativa do estrangeiro (Wisnik).

A troca de “açúcar excelente” por “drogas inúteis” não é o que hoje conhecemos por “troca desigual”? Pois bem, está aí, em Gregório de Matos.

Todas essas trapaças mercantis são impensáveis sem uma força extra-econômica. E sabemos que a exploração colonial na Época Moderna supõe a dominação política. A burguesia mercantil atua, portanto, acobertada pelo Estado metropolitano. E eis que nem isso escapou ao poeta:

Se dizem, que o *marinheiro* (21)  
nos precede a toda Lei  
porque é serviço d’El Rei. (II, 435).

Agora, a quem serve a exploração? O simplismo “nativista” diria naturalmente que aos portugueses. Não é esta a opinião de Gregório de Matos:

Que os brasileiros são bestas  
e estão a trabalhar  
toda a vida por manter  
maganos de Portugal. (VII, 1595).

Trabalhar no Brasil significa trabalhar para os “*maganos de Portugal*”. Isto é, aos indivíduos de baixa extração — a burguesia plebéia. Portanto, é trabalhar *para* o capital mercantil. Para aqueles a quem, segundo a ótica aristocrática, não era lícito o enriquecimento, para aqueles a quem dever-se-ia proibir “tomar de melhoria endevida”. Gregório percebe com clareza que o papel do Brasil no sistema que o determina, o ultrapassa. Por esse motivo, os “naturais” do Brasil são estranhos a si mesmos. São estrangeiros na própria terra:

Senhora Dona Bahia,  
nobre, e opulenta cidade,  
*madrasta* dos naturais  
e dos estrangeiros Madre. (II, 429).

\* \* \*

A crítica gregoriana, radical e notavelmente precisa, não será mais repetida. Mas essa é apenas a metade da história. Ela não terá desdobramentos revolucionários. Não comporta. E esbarramos aqui, novamente, nas suas limitações ideológicas. Gregório de Matos está além e aquém daquilo que a historiografia chamou de “nativismo”. Em Gregório a crítica não contém propostas positivas de ação. O que indica a incapa-

---

(21) — *Marinheiros* — entenda-se, negociante reinol.

cidade da aristocracia metropolitana em propor uma alternativa concreta à colonização burguesa. A sua poesia, sob esse aspecto, está reduzida à mera reação defensiva ao avanço do capital mercantil, totalmente impotente para cortar o vôo ascensional da burguesia. O poeta não pode ir além da passividade:

que o Povo por ser sisudo  
largue o ouro, e largue a prata  
a uma frota patarata,  
que entrando co'a vela cheia  
e o lastro que traz de areia,  
por lastro de açúcar troca!  
Ponto em boca. (II, 436).

Vejamos agora o soneto que ficou conhecido depois de sua recriação musical por Caetano Veloso:

Triste Bahia! oh quão dessemelhante  
Está, e estou do nosso antigo estado!  
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,  
Rica te vejo eu já, tu a mi abundante.

A ti trocou-te a máquina mercante (22)  
Que em tua larga barra tem entrado,  
A mi foi-me trocando, e tem trocado  
Tanto negócio, e tanto negociante.

Deste em dar tanto açúcar excelente  
Pelas drogas inúteis, que abelhuda  
Simples aceitias do sagaz Brichote.

Oh se quisera Deus, que de repente  
Um dia amanheceras tão sisuda  
Que fora de algodão o teu capote! (II, 428)

Toda crítica gregoriana pode ser sintetizada na condenação da colônia como desvio do padrão metropolitano, quando deveria ser seu prolongamento, semelhante em tudo a Portugal. Em suma, por que o Brasil não é outro Portugal? O soneto acima responde. O mundo "trocado pela troca" (troca = transforma) que para Wisnik é a chave da sátira gregoriana (23) é também a chave para se compreender a natureza da colo-

---

(22) — *Trocou-se a máquina mercante* — *trocou-se*: com duplo sentido, de comerciar e modificar; *máquina mercante*: as naus que aportam para comerciar (Wisnik).

(23) — Wisnik, *op.cit.*, p. 18-19.

nização mercantilista. É o predomínio nela, do capital mercantil, o que o torna “dessemelhante”. Uma vez estabelecido o controle econômico da colônia pela burguesia, a sua atuação tende a cavar distâncias cada vez maiores e intransponíveis entre colônia e metrópole. E aqui está a diferença que separa Gregório dos “nativistas”. Ele não pode preconizar a ruptura. Sua crítica está de olho no passado, preconiza a restauração da unidade perdida. O correto diagnóstico não é acompanhado por uma proposta anti-colonialista. Por isso, a denúncia casa-se com a resignação:

Tristes sucessos, casos lastimosos,  
Desgraças nunca vistas, nem faladas,  
São, ó Bahia! vésperas choradas  
De outros que estão por vir mais estranhos:

Sentimo-nos confusos, e teimosos,  
Pois não damos remédios às já passadas,  
Nem prevemos tampouco as esperadas,  
Como que estamos delas desejosos.

Levou-nos o dinheiro a má fortuna,  
Ficamos sem tostão, real nem branca,  
Macutas, correão, novelos, molhos: (24)

Ninguém vê, ninguém fala, nem impugna,  
E é que, quem o dinheiro nos arranca,  
Nos arrancam as mãos, a língua, os olhos. (25)

Em essência, a sua posição é a de recusa da sociedade colonial. Não mais do que isso. Por esse motivo, algo de trágico insinua-se nessa consciência formada na intersecção de duas sociedades que se tocavam e se repeliam, sem que o poeta pudesse afirmar ou negar inteiramente uma ou outra. Nesse sentido, não seria descabido aproximá-lo daquilo que para Lucien Goldmann é a “visão trágica” (26), visto que a sua poesia funda-se na insolúvel contradição entre a sua filiação ideológica à nobreza metropolitana e a sua origem colonial. Gregório não pode preconizar o rompimento colonial sem o risco de perder a identidade ideológica, enquanto na colônia, o desfigurado princípio da hierarquia estamental que defende, bloqueia a sua inserção. Assim, a crítica radical convive, em sua poesia, com a renúncia à ação.

---

(24) — *Ficamos sem tostão, real nem branca/Macutas, correão, novelos, molhos* — ficamos sem nada, despojados de tudo; tostão, real, branca e macuta referem-se a moedas, dinheiro de pouco valor (Wisnik).

(25) — Soneto citado a partir de Wisnik, *op. cit.*, p. 44.

(26) — A respeito ver Goldmann, Lucien, *El Hombre y lo Absoluto (Le Dieu Caché)*, trad. esp., Barcelona, Península, 1968.

Talvez não se deva ao simples acaso que nos sonetos religiosos em que tematiza a dualidade “culpa/perdão” venha aproximar-se notavelmente da heresia jansenista. Neste soneto que vamos ler, a esperança da salvação está inequivocamente centrada na *graça*:

Pequei, Senhor, mas não porque hei pecado,  
Da vossa alta clemência me despido (27);  
Porque quanto mais tenho delinqüido,  
Vos tenho a perdoar mais empenhado.

Se basta a vos irar tanto um pecado,  
A abrandar vos sobeja um só gemido,  
Que a mesma culpa, que vos há ofendido  
Vos tem para o perdão lisonjeado.

Se uma ovelha perdida, e já cobrada  
Glória tal, e prazer tão repentino  
Vos deu, como afirmais na Sacra História:

Eu sou, Senhor, a ovelha desgarrada  
Cobrai-a, e não queirais, Pastor divino,  
Perder na vossa ovelha a vossa glória. (I, 48).

Tudo leva a crer que não poderia ter sido diferente. Como seria possível admitir a *obra* como critério da salvação, se a recusa em agir foi a única conclusão imperiosa de seu pensamento? A sua adesão ao princípio da *gratia sola*, conforme a divisa jansenista, casava-se perfeitamente com seu espírito. A heresia existia ao menos como possibilidade. E não se trata apenas de uma especulação. O seu mais virulento inimigo, o Pe. Lourenço Ribeiro, vigário de Passé, disse do poeta que:

De Cristão não é, senão  
de herege, tudo, o que se obra,  
pois nele a heresia sobra,  
e lhe falta o ser cristão:  
remetê-lo à Inquisição  
já uma vez se intentou. (IV, 788).

Na sua poesia sacra, contra as conclusões de Spina (28), estamos convencidos da presença de um discurso herético de filiação jansenista. A explícita recusa da *atrição* e a inequívoca presença da *contrição* — idéia-força do jansenismo — no soneto acima, parecem não dar margem

---

(27) — Na edição James Amado está: *De vossa piedade me despido*. Por erro evidente, optou-se aqui pela variante da edição da Academia.

(28) — Ver Spina, S. “Gregório de Matos”, in *A Literatura no Brasil*, 2ª ed., dir. A. Coutinho, vol. I, Rio de Janeiro, Ed. Sul Americana, 1968, p. 250.

a muitas dúvidas. Além disso, o jansenismo como “heresia interna”, conforme a expressão de Mandrou que, sintomaticamente, ele próprio classificou de expressão fronteira do catolicismo e protestantismo (29), concorda admiravelmente com a tensão dual que atravessa o código poético gregoriano, mas que, em momento algum, se resolve no plano ideológico. Porém, Gregório de Matos não era ideólogo. Era Poeta. E foi como poeta que superou aquela dualidade. No linguajar popular da colônia Gregório de Matos encontrou um material ainda virgem a explorar. Era um português que começava divergir do português da metrópole. Ao incorporá-lo, Gregório deu voz aos reais oprimidos pelo capital mercantil. Um português de estranha sonoridade ganhou forma. Gregório de Matos, tal como Dante Alighieri com o dialeto toscano, fundava a língua portuguesa do Brasil. Sensível à matéria indisciplinada e rústica sobre a qual se debruçou, descobriu que nada era proibido à poesia. Rompe assim com a fixidez das formas lingüísticas, coisa que não ousou com a fixidez da ordem social estamental. A nova dicção que a poesia ganha em seus experimentos formais rompe com a norma dominante do código, solapando os fundamentos da fala aristocrática que defendia ideologicamente. E não era a colônia que falava através dele, mas nela, as vítimas do capital. Vítimas do seu tempo e do tempo futuro. Nisso reside a sua universalidade.

---

(29) — Mandrou, Robert. *La France aux XVIIe. et XVIIIe. siècles*, Paris, PUF, 1967, pp. 159 e segs. Sobre a história e a natureza do jansenismo ver a exposição sintética esclarecedora de Delumeau, Jean. *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*, Paris, PUF, 1971, pp. 156 e segs.